ISSN 2237-1508
PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura
Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, jan. a dez. 2026
www.periodicos.uff.br/pragmatizes
Dossiê "Formação em organização da cultura", volume I

O ensino superior no campo da Produção Cultural: um panorama das graduações no Brasil

Alex Kossak[1]

Alexandre Barbosa Fraga[2]

Marco Aurélio Santana[3]

RESUMO: O artigo apresenta um panorama da formação superior em Produção Cultural no Brasil, a partir da análise dos cursos de graduação registrados nas bases do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O estudo examina a configuração institucional da oferta formativa, a distribuição por tipo de instituição, modalidade de ensino, grau acadêmico e evolução de vagas, ingressos e concluintes entre 2010 e 2024. Os resultados evidenciam que, embora a constituição inicial da área tenha ocorrido majoritariamente em instituições públicas e cursos presenciais de bacharelado, a expansão recente desloca progressivamente o eixo formativo para instituições privadas, cursos superiores de tecnologia e ofertas em educação a distância. Observa-se, assim, uma reconfiguração estrutural do campo da Produção Cultural no ensino superior brasileiro, com crescimento de tecnólogos, ampliação territorial via EAD e maior participação de conglomerados educacionais privados na formação de trabalhadores produtores culturais. Conclui-se que a expansão da área se articula às transformações contemporâneas do ensino superior no Brasil, produzindo mudanças no perfil formativo e profissional do campo cultural.

Palavras-chave: cultura; Produção Cultural; ensino superior; formação profissional.

Recebido em: 28/02/26 | Avaliado em: 23/05/26
Publicado em: 10/10/26

[1] Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Mestre em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: alexkossak@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9150-388X.

[2] Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Docente do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8568-9545.

[3] Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do PPGSA/UFRJ. E-mail: marcosilvasantana@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3181-6964.

Como citar:
KOSSAK, Alex; FRAGA, Alexandre Barbosa; SANTANA, Marco Aurélio. O ensino superior no campo da Produção Cultural: um panorama das graduações no Brasil. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, p. 1-30, 2026. DOI: https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v16i30.70873.

Introdução

O presente artigo apresenta um panorama da formação superior no campo da Produção Cultural no Brasil, a partir do levantamento de cursos de graduação realizado com base em dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O objetivo central consiste em mapear a oferta formativa existente, suas características institucionais, modalidades de ensino, distribuição territorial e tendências de expansão. Com isso, busca-se situar o desenvolvimento e a configuração recente desse campo profissional no contexto mais amplo das transformações do ensino superior brasileiro e da expansão contemporânea das formações culturais no país.

Cabe explicitar, desde o início, que o corpus empírico aqui analisado foi construído por meio do uso articulado de duas bases oficiais complementares, ambas vinculadas ao MEC: o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o Cadastro e-MEC[4], e o Painel Estatístico do Censo da Educação Superior do INEP[5]. A utilização conjunta ou comparativa dessas fontes requer, portanto, o reconhecimento de suas diferenças conceituais e metodológicas.

Essas bases foram escolhidas por serem as únicas existentes que trabalham os dados da educação superior e os apresentam de forma acessível aos usuários que as utilizam para possíveis consultas. Contudo, ainda que ambos os sistemas estejam vinculados ao MEC e operem sobre o mesmo universo institucional da educação superior brasileira, o Cadastro e-MEC e o Censo da Educação Superior disponibilizado por meio do Painel Estatístico do INEP possuem naturezas, finalidades e metodologias distintas.

O Cadastro e-MEC constitui uma base administrativa de caráter regulatório, destinada ao registro oficial dos atos autorizativos e da oferta legal de cursos e instituições de educação superior no país[6]. Por sua vez, o Censo da Educação Superior

[4] Cf. https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso em: 25 set. 2026.
[5] Cf. https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54. Acesso em: 25 set. 2026.
[6] Nesse sistema são registrados os processos de credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como suas características formais, como grau acadêmico, modalidade, vagas autorizadas, mantenedora e localização. Trata-se, portanto, de um cadastro jurídico-administrativo da oferta de educação superior, que expressa o conjunto de cursos e instituições que possuem autorização estatal para funcionamento no sistema federal de ensino.

configura-se como uma operação estatística censitária anual, realizada pelo INEP, com o objetivo de mensurar o funcionamento efetivo do sistema de educação superior[7]. Portanto, o Cadastro e-MEC constitui a base oficial de regulação da educação superior brasileira, reunindo informações sobre cursos e instituições autorizados pelo poder público. Já o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo INEP, utiliza o cadastro e-MEC como referência e coleta informações sobre matrículas, vagas, docentes e funcionamento efetivo das instituições, configurando-se como a principal fonte estatística do setor educacional.

As duas bases têm natureza de agregação censitária padronizada e organizam os cursos segundo parâmetros oficiais de denominação, enquadramento por área de formação (por meio da Cine Brasil – Classificação Internacional Normalizada da Educação adaptada para o Brasil) e tipologia institucional. Adiante, será observada uma diferença na identificação e quantificação das graduações pertencentes ao campo da Produção Cultural, decorrente da natureza do tratamento e disponibilização dos dados nessas bases.

No caso do levantamento realizado a partir do Cadastro e-MEC, além dos cursos explicitamente registrados sob a denominação "Produção Cultural", foram considerados também cursos correlatos cuja estrutura curricular, trajetória acadêmica e inserção institucional se vinculam historicamente à formação em produção, gestão e políticas culturais, ainda que classificados pelo MEC em áreas distintas daquelas nomeadas diretamente como Produção Cultural. Esse procedimento analítico foi adotado seguindo o já apontado por Chati (2019) em sua pesquisa, na qual a delimitação da formação em produção e gestão cultural não se restringe à denominação dos cursos, uma vez que, conforme demonstra o autor, as formações da área apresentam caráter inter e multidisciplinar comum, apesar da variação de habilitações e nomenclaturas. Isso ocorre porque "os temas enfatizados nas formações e até mesmo as habilitações e denominações variam bastante" (Chati, 2019, p. 7), ao mesmo tempo em que "o caráter inter e multidisciplinar está presente em cada um" (Chati, 2019, p. 7).

[7] Diferentemente do e-MEC, cuja unidade de referência é o ato autorizativo e o curso cadastrado, o Censo tem como unidade básica a matrícula e os elementos acadêmicos associados ao processo educacional, como ingressantes, concluintes, docentes, vagas ofertadas e preenchidas, características do corpo discente e indicadores institucionais. O Painel Estatístico do Censo constitui, assim, uma base de natureza educacional e analítica, voltada à produção de indicadores sobre a dinâmica real de funcionamento das instituições e cursos.

O denominador comum entre esses cursos reside na orientação formativa voltada à atuação no sistema cultural e à gestão da cultura, pois a formação se dirige à "preparação de sujeitos [...] para lidar com a diversidade de atividades e instituições do setor cultural" (Chati, 2019, p. 2), respondendo à própria demanda estrutural de qualificação do campo, uma vez que "a principal necessidade da gestão cultural no Brasil é justamente a de formar gestores para exercê-la" (Chati, 2019, p. 5). Nesse sentido, seguindo o apontado pelo autor, o pertencimento ao campo formativo define-se menos pela designação do curso e mais pela convergência de conteúdos. No Painel Estatístico do INEP também são considerados apenas os cursos classificados nas categorias correspondentes à Produção Cultural, segundo a taxonomia educacional vigente, mas enquanto no Cadastro e-MEC buscar, incorporar e agrupar outros cursos é muito simplificado para o usuário, no Painel estatístico do INEP se torna mais complexo trazer um curso de outra área. Como consequência, determinadas graduações interdisciplinares ou classificadas em áreas limítrofes, embora formativamente vinculadas ao campo, não são contabilizadas nos dados trazidos pelo Painel Estatístico do INEP.

Assim, as variações numéricas observadas ao longo do artigo decorrem do recorte classificatório adotado sobre a base Cadastro e-MEC em comparação com a delimitação censitária direta do Painel do INEP, e não de inconsistências de dados ou de divergências empíricas. Enquanto o Cadastro e-MEC, utilizado com ampliação analítica do escopo, permite identificar a configuração ampliada e institucionalmente existente da oferta formativa na área, o Painel do INEP expressa sua delimitação estatística formal segundo critérios censitários. O uso combinado dessas duas fontes possibilita, portanto, uma dupla apreensão do campo: por um lado, sua configuração oficial estrita conforme a classificação estatal; por outro, sua abrangência formativa efetiva, considerando cursos que, embora não denominados diretamente como Produção Cultural, integram historicamente seu espaço acadêmico e profissional.

Além desta introdução e da conclusão, o artigo apresenta uma seção que analisa a formação em Produção Cultural no Brasil, a partir inicialmente dos dados do sistema e-MEC, examinando a configuração ampliada da oferta formativa e as características institucionais dos cursos, e, posteriormente, mobiliza o Painel Estatístico do Censo da Educação Superior do INEP para situar essa oferta no quadro estatístico nacional do ensino superior. Tal procedimento metodológico permite maior precisão interpretativa

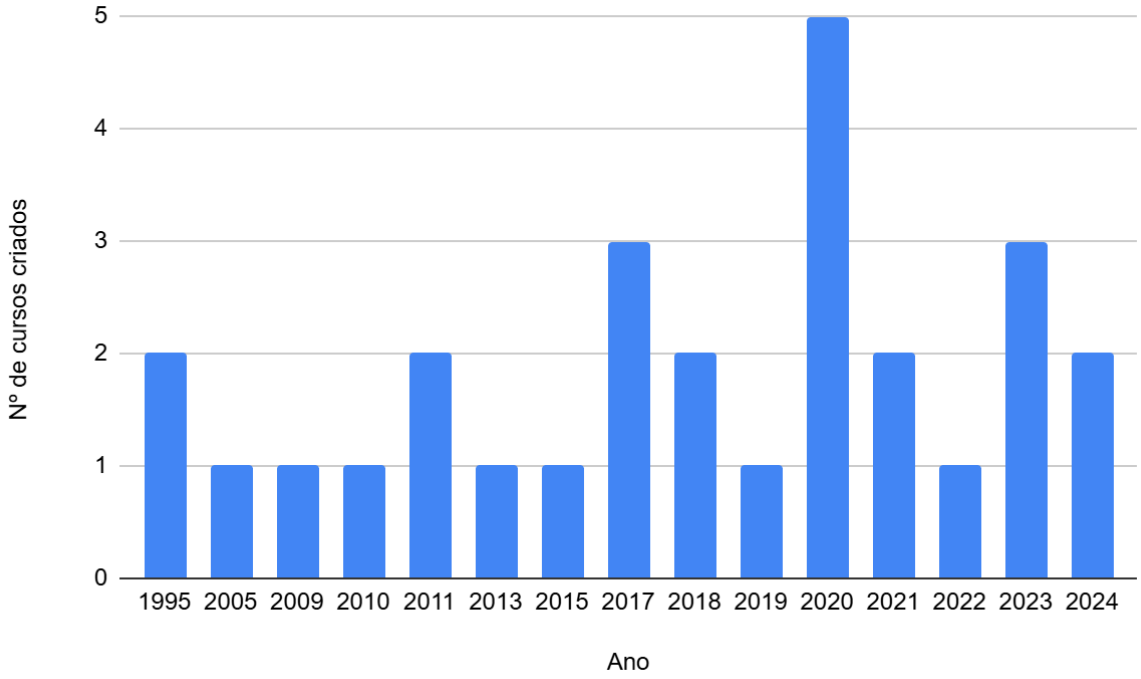
na leitura dos indicadores apresentados e contribui para uma compreensão mais consistente da estrutura e das dinâmicas de expansão da formação superior nessa área específica.

A formação superior em Produção Cultural no Brasil

"Cultura é um bom negócio" (Brasil, 1995) foi o mote do então Ministério da Cultura quando foi criado o primeiro curso de Produção Cultural do país, no ano de 1995. O contexto de constituição do campo da formação em produção cultural no Brasil está relacionado ao processo de reconfiguração das políticas culturais e dos mecanismos de financiamento à cultura ocorrido a partir da década de 1990, quando a mediação entre Estado, mercado e agentes culturais passa a demandar competências específicas como elaboração de projetos, captação de recursos e articulação institucional. Nesse contexto, a produção cultural consolida-se progressivamente como ocupação diferenciada no interior do trabalho cultural, associada à formalização de funções de intermediação e gestão cultural e complexificação organizativa do sistema cultural.

Tal movimento relaciona-se ao próprio processo histórico de especialização do trabalho cultural, uma vez que "esse conjunto de atividades e ações [...] tem exigido da sociedade, através de um longo processo de divisão social do trabalho, a emergência de atores determinados e de profissões especializadas" (Rubim, 2009, p. 17). No interior dessa divisão, o produtor cultural emerge como agente especializado de mediação institucional e simbólica, associado à elaboração de projetos, captação de recursos e articulação entre agentes e instituições culturais, de modo que "das necessidades, cada vez mais comuns, do produtor cultural elaborar projetos culturais, realizar a mediação entre artistas, agentes governamentais e empresariais, captar recursos junto às empresas [...] sobressaem questões sobre o perfil deste profissional" (Nunes; Benevides, 2017, p. 11). A emergência de demandas por qualificação técnica e formação especializada acompanha esse processo, na medida em que a própria organização da cultura se afirma como dimensão constitutiva do sistema cultural, pois "não existe cultura sem seu momento organizativo" (Barbalho; Costa; Rubim, 2012, p. 127).

Gráfico 1: N° de cursos de Produção Cultural criados por ano.



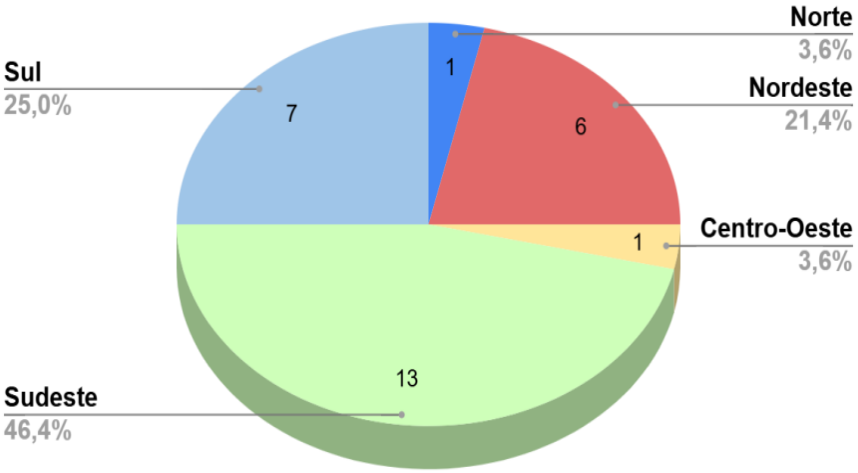
Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

A institucionalização desse campo ocorre, assim, de forma articulada entre profissionalização ocupacional e consolidação formativa, evidenciada pela incorporação do produtor cultural nas classificações ocupacionais oficiais, pela criação de cursos superiores específicos e pela organização associativa dos trabalhadores da área. Tais processos indicam a passagem de práticas baseadas em trajetórias empíricas e redes informais para um campo profissional dotado de identidades, jurisdições e percursos formativos próprios, no qual a formação superior emerge simultaneamente como requisito de legitimação profissional e como infraestrutura de constituição do campo (Nunes; Benevides, 2017).

Após o levantamento de dados desta pesquisa, chegamos, a princípio, a um quantitativo de 37 cursos que trabalham os aspectos da Produção Cultural enquanto curso de ensino superior, segundo o Ministério da Educação-MEC (Brasil, 2025). Contudo, desses 37 cursos, oito já estão extintos e seis estão em processo de extinção, totalizando 23 cursos. Analisando esses dados disponíveis no Cadastro e-MEC de forma mais aprofundada, incluímos mais 5 cursos correlatos, conforme será explicado adiante.

Podemos averiguar, então, que temos hoje no Brasil efetivamente 28 cursos[8] sem previsão de extinção e em atividade, que respondem a um mercado cultural efervescente, com uma determinada demanda por mão de obra especializada.

Gráfico 2: Incidência de instituições por região, 2025.

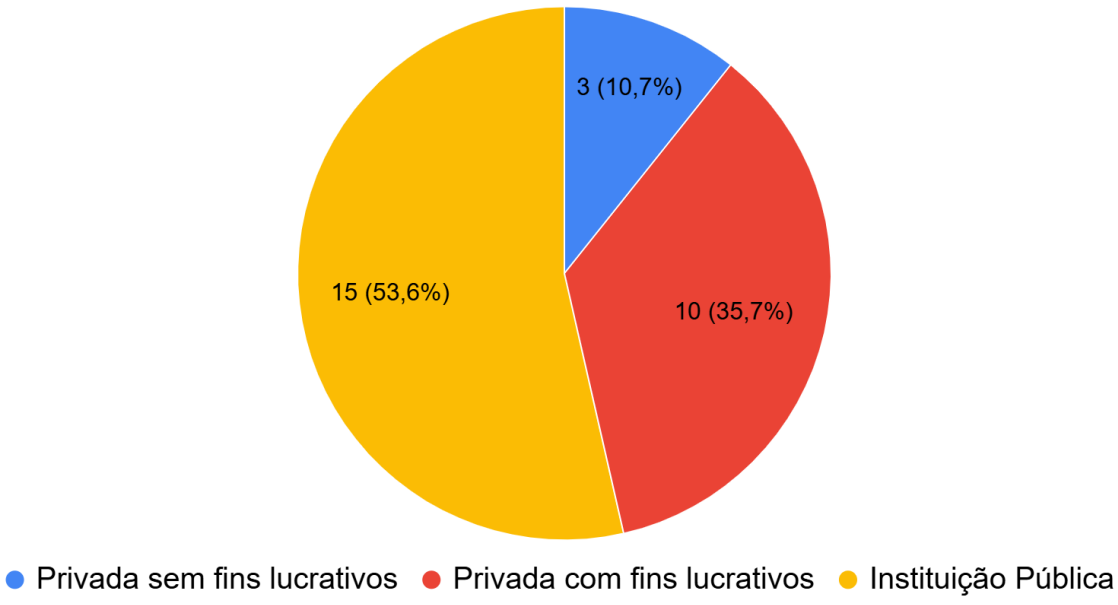


Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

[8] NORTE: Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário UniVOLTAIRE (UniVOLTAIRE); CENTRO-OESTE: Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade do Distrito Federal (UnDF); NORDESTE: Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Tecnólogo em Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Bacharelado em Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Tecnólogo em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); SUDESTE: Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL); Tecnólogo em Produção Cultural do FIAM-FAAM – Centro Universitário (UNIFIAM-FAAM); Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói; Tecnólogo em Produção Cultural da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP); Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (FEBASP); Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Rio das Ostras; Tecnólogo em Produção Cultural da Faculdade de Administração e Artes de Limeira (FAAL); Tecnólogo em Produção Cultural do Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário Brasileiro de Educação (CBM-UniCBE); Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário Braz Cubas; Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade de Franca (UNIFRAN); Bacharelado em Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); SUL: Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG); Tecnólogo em Produção Cultural da Universidade Positivo (UP); Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); Bacharelado em Produção e Política Cultural da Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (UNIPAMPA); Tecnólogo em Gestão Cultural da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Quase metade dos cursos está situada na região Sudeste do país. É importante deixar claro que, no caso daqueles em regime de educação a distância, foi considerada a localidade da sede da instituição, como a reitoria ou sede administrativa. Ou seja, isso implica também compreender que ingressantes desses cursos podem residir em diferentes estados e/ou regiões. Com relação à Rede Federal, um dado interessante é que a distribuição de matrículas nos Cursos de Graduação Presencial no Brasil está com sua maior incidência no ano de 2024 na região Sudeste, com 31,1%, seguido da região Nordeste com 30,2%, a região Sul com 17,8%, a região Norte com 10,8% e a região Centro-Oeste com 10,1%. Outro dado é que a Rede Federal, no ano de 2024, está presente em 980 municípios do país por meio de campi com cursos presenciais ou polos de educação a distância (Polo EAD), assim distribuídos: 102 estão em municípios na região Norte; 332, em municípios, no Nordeste; 269, em municípios no Sudeste; 177, em municípios no Sul; e 100, em municípios no Centro-Oeste. Desses 28 cursos ligados à Produção Cultural, 3 estão distribuídos em instituições privadas sem fins lucrativos, 10 em instituições privadas com fins lucrativos e 15 em instituições públicas.

Gráfico 3: Caráter das instituições, 2025.

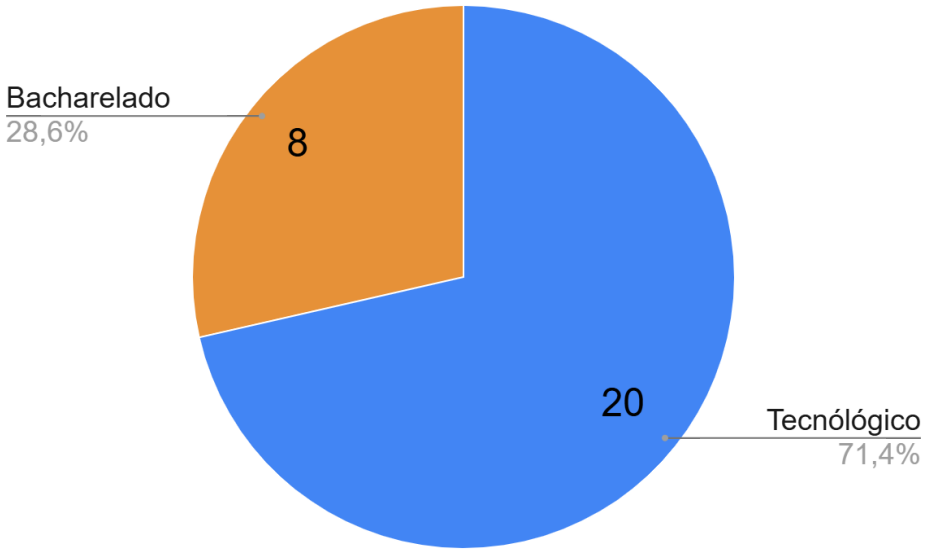


Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

Como podemos observar, 35,7% dos cursos são ministrados por instituições privadas com fins lucrativos, sendo 1 no regime presencial e 9 no regime do ensino a distância. A totalidade deles disponibiliza a formação ao nível de tecnólogo. Nas

instituições privadas sem fins lucrativos, temos 10,7% do total dos cursos, com 1 no regime de educação presencial e 2 no regime de educação a distância. Nas instituições públicas federais, que correspondem a 53,6% dos cursos em atividade, todos são ministrados no regime presencial, sendo 8 formações no nível de bacharelado e 7 no nível de tecnólogo. Dessa forma, temos o quantitativo de 46,4% dos cursos de produção cultural no país sendo ministrados por instituições privadas. Lembrando que esse dado será diferente ao analisarmos a base seguinte, pois lá não ocorre o acréscimo de 5 cursos aos 23 categorizados pelo INEP. Assim, no Brasil, a Produção Cultural está voltada, em sua grande maioria de cursos, 71,4%, para formação de trabalhadores no grau de tecnólogos. É pertinente apontar que, em média, um bacharelado é orientado a ser cursado em 8 semestres e um tecnológico pode variar de 4 a 6 semestres letivos, já que seu objetivo enquanto curso é prover uma formação em curto prazo com relação ao bacharelado.

Gráfico 4: Currículo de Formação em Produção Cultural, 2025



Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

Os currículos de bacharelado em Produção Cultural estão todos relacionados a instituições de ensino superior públicas e federais, o que pode indicar uma preocupação da educação pública no que concerne ao campo científico na área, assim como uma formação mais propedêutica. Um dado pertinente é o fato de que a formação no grau de bacharelado no Brasil, considerando todas as graduações, segundo o INEP (2024), compreende 57,3%, o tecnólogo 27,5% e licenciaturas 15,2%. Ou seja, os 71,4% de

formação em tecnólogo na área de Produção Cultural excedem em muito os percentuais gerais desse tipo de formação acadêmica no conjunto de cursos do ensino superior brasileiro.

Há também uma pequena diferenciação no que diz respeito ao nome dos cursos ministrados. Devido a essa variação, foram acrescentados 5 cursos de graduação que não surgiram na pesquisa realizada no portal E-MEC. Incluímos no levantamento o curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na habilitação em *Produção em Comunicação e Cultura*. Optou-se por incluir esse curso, pois ele já passou por diferentes nomes de sua habilitação, mas manteve até os dias atuais uma grande pertinência tanto na presença curricular de disciplinas que abordam a produção cultural em seu sentido lato como stricto, assim como uma grande relevância na produção acadêmica na área, além de ter sido criado no mesmo ano de 1995, ano em que o primeiro bacharelado em produção cultural da Universidade Federal Fluminense foi criado. Nessa universidade residem nomes atuantes no desenvolvimento de pesquisas, principalmente no campo da gestão e das políticas culturais. Importante ressaltar que a área desse curso da UFBA, segundo Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica (Cine Brasil) (INEP, 2019), é pertencente a outra área nomeada *Comunicação e reportagem*, enquanto os demais, em sua maioria, são da área nomeada *Produção audiovisual, de mídia e cultural*.

Pelo mesmo motivo, também foram adicionados os cursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) de *Tecnólogo em Gestão e Política Cultural*, pertencente à área *de Produção audiovisual, de mídia e cultural*, e o curso de *Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas*, pertencente à área nomeada de *Programas interdisciplinares*, abrangendo artes e humanidades. Incluímos também o curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o curso de Tecnólogo em Gestão Cultural da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Acrescentaram-se à pesquisa os cursos citados, pois, assim como Chati (2019) trouxe em seu trabalho, eles têm em suas abordagens a área de gestão cultural enquanto disciplinas ministradas e área trabalhada na formação, sendo considerados similares. Além disso, esses cursos abordam aspectos apontados por Castro e Rodrigues (2019, p.

117) como includentes de diferentes categorias/funções[9] dos sujeitos sociais partícipes do circuito cultural brasileiro. No entanto, ao procurar e realizar a pesquisa na plataforma do Cadastro e-Mec, eles não aparecem com o termo de busca "Produção Cultural" somente. É importante apontar que o trabalho de Chati (2019) é o único no Brasil que realizou o levantamento dos cursos da área de Produção Cultural até então. Todavia, o autor analisou somente instituições públicas federais e, pelo que podemos verificar, existe um quantitativo significativo de instituições privadas que ministram esse curso. Logo, torna-se imprescindível levar em consideração todas as categorias institucionais trazidas pelo MEC para analisar a formação do Ensino Superior na área da Gestão, Produção e Política Cultural.

De maneira não diretamente proporcional, existe uma grande diferença entre as instituições e seus quantitativos de vagas anuais autorizadas pelo MEC. A discrepância existente entre o número de vagas deixa claro que a expansão dos cursos na área de Produção Cultural está majoritariamente ligada a instituições privadas com fins lucrativos, o que evidencia a atuação dos grandes conglomerados educacionais de capital privado em atuação no Brasil no desenvolvimento, elaboração e execução no processo de criação de novos cursos desse campo. Pode-se afirmar também que o quantitativo considerável das vagas autorizadas sob custódia de instituições privadas corrobora os apontamentos sinalizados no Censo da Educação Superior do ano de 2024, que indica que 78,0% das matrículas estão sob custódia destas instituições no Ensino Superior Brasileiro.

Tabela 1: n° de Vagas anual por categoria.

Categoria	N° de Vagas por categoria disponibilizadas anualmente
Privada sem fins lucrativos	720

[9] "CRIAÇÃO/PRODUÇÃO DE CULTURA: criadores e demais produtores de cultura; técnicos no universo da cultura. FOMENTO DO BEM CRIADO/PRODUZIDO: promoters; agenciadores de artistas/grupos; produtores executivos; marqueteiros e divulgadores; captadores de recursos financeiros; formatadores de projetos culturais. TRANSMISSÃO/PRESERVAÇÃO DA CULTURA: formadores/professores/escritores; curadores e críticos; profissionais de preservação; legisladores. GESTÃO DE PROCESSOS: gestores de projetos culturais; gestores de carreiras artísticas; gestores de instituições culturais; gestores de espaços culturais; gestores de políticas em cultura (governamentais ou não). USO/FRUIÇÃO DO BEM: mediadores culturais; agentes culturais; produtores culturais; gestores culturais etc" (Castro; Rodrigues, 2019, p. 117).

Privada com fins lucrativos	24.930
Pública	675

Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

Na tabela 1, pode-se perceber que, de um total de 26.325 vagas autorizadas anualmente, somente 675, 2,5%, estão sob custódia de instituições públicas, ficando o restante, 97,5%, com as instituições privadas. Esse quantitativo, em termos percentuais, é superior ao trazido pelo censo da educação superior de 2024 (INEP, 2024) com relação ao número de vagas oferecidas em cursos de graduação na modalidade educação a distância (EAD), por exemplo, que detém 28.493.512 vagas no Brasil, enquanto a graduação presencial detém 6.367.629. É importante registrar que as seguintes instituições privadas detêm o maior volume de vagas para os cursos de Produção Cultural, são elas: o *Centro Universitário Leonardo da Vinci*, com o curso de formação tecnológica no regime de ensino a distância, com 7.610 vagas anuais autorizadas; o *Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli* com 5.000 vagas autorizadas; a *Universidade Anhanguera*, o *Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói* e a *Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera*, cada uma com 2.000 vagas autorizadas.

Com relação às trajetórias acadêmicas, trazemos os dados disponibilizados dos indicadores de fluxo do ensino superior brasileiro do ano de 2013 a 2021, segundo o INEP. É importante ressaltar que estão disponíveis para esse fluxo somente os cursos de 6 instituições, sendo 4 de instituições públicas federais e 2 de instituições privadas. Mobilizamos, por exemplo, os indicadores de trajetória do curso de Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, para os ingressantes no ano de 2013.

Tabela 2: Indicadores de trajetória para ingressantes no Curso de Produção Cultural - UFF, Niterói-RJ, em 2013.

Ano de Ingresso	Ano de Referência	Quantidade de Ingressantes no Curso	Indicadores de Trajetória				
			Taxa de Permanência - TAP	Taxa de Conclusão Acumulada - TCA	Taxa de Desistência Acumulada - TDA	Taxa de Conclusão Anual - TCAN	Taxa de Desistência Anual - TADA
2013	2013	77	87	1,3	11,7	1,3	11,7
2013	2014	77	81,8	1,3	16,9	0	5,2

2013	2015	77	79,2	1,3	19,5	0	2,6
2013	2016	77	58,4	9,1	32,5	7,8	13
2013	2017	77	35,1	26	39	16,9	6,5
2013	2018	77	20,8	33,8	45,5	7,8	6,5
2013	2019	77	7,8	41,6	50,6	7,8	5,2
2013	2020	77	5,2	44,2	50,6	2,6	0
2013	2021	77	5,2	44,2	50,6	0	0

Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

A título de comparação, trazemos também abaixo os dados de 2014 a 2021, para os ingressantes no ano de 2014.

Tabela 3: Indicadores de trajetória para ingressantes no Curso de Produção Cultural - UFF, Niterói-RJ, em 2014.

Ano de Ingresso	Ano de Referência	Quantidade de Ingressantes no Curso	Indicadores de Trajetória				
			Taxa de Permanência - TAP	Taxa de Conclusão Acumulada - TCA	Taxa de Desistência Acumulada - TDA	Taxa de Conclusão Anual - TCAN	Taxa de Desistência Anual - TADA
2014	2014	77	96,1	0	3,9	0	3,9
2014	2015	77	93,5	0	6,5	0	2,6
2014	2016	77	90,9	0	9,1	0	2,6
2014	2017	77	75,3	3,9	20,8	3,9	11,7
2014	2018	77	46,8	18,2	35,1	14,3	14,3
2014	2019	77	24,7	33,8	41,6	15,6	6,5
2014	2020	77	16,9	41,6	41,6	7,8	0
2014	2021	77	14,3	44,2	41,6	2,6	0

Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

Como se pode verificar no ano de 2013 a taxa de desistência acumulada apontou para um quantitativo de 50,6%, em que há o percentual acumulado de concluintes em

44,2%. Já para os ingressantes no ano de 2014 a taxa de desistência caiu para 41,6% e a taxa acumulada de concluintes se manteve em 44,2%.

Interessante verificar que a taxa de desistência acumulada (TDA), assim como a taxa de conclusão acumulada (TCA), tendem a se estabilizar, por serem acumuladas e pelo fato de que em um dado momento da trajetória acadêmica o indivíduo ou teria concluído a sua formação ou abandonado o curso. Contudo, podemos observar que o ano de 2013 obteve a maior incidência de desistência do curso no próprio ano de 2013, com a taxa de 11,7%. Já para os ingressantes em 2014, o ano com maior incidência de desistências foi 2018, com a taxa de 14,3%. Todavia, o ano de 2014 concentra uma menor taxa de desistência acumulada, 41,6%, em relação ao ano de 2013, 50,6%.

Como instituição privada, para comparação, trazemos os dados do curso presencial de Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com sede na cidade de Indianápolis no estado de São Paulo, pois é a única em que os indicadores de fluxo estão disponíveis no INEP, para ingressantes nos anos de 2013 e 2014.

Tabela 4: Indicadores de trajetória para ingressantes no Curso de Tecnólogo em Produção Cultural - FMU, Indianápolis-SP, em 2013.

Ano de Ingresso	Ano de Referência	Quantidade de Ingressantes no Curso	Indicadores de Trajetória				
			Taxa de Permanência - TAP	Taxa de Conclusão Acumulada - TCA	Taxa de Desistência Acumulada - TDA	Taxa de Conclusão Anual - TCAN	Taxa de Desistência Anual - TADA
2013	2013	60	71,7	0	28,3	0	28,3
2013	2014	60	58,3	0	41,7	0	13,3
2013	2015	60	25	21,7	53,3	21,7	11,7
2013	2016	60	21,7	25	53,3	3,3	0
2013	2017	60	3,3	25	71,7	0	18,3
2013	2018	60	3,3	25	71,7	0	0
2013	2019	60	0	25	75	0	3,3
2013	2020	60	0	25	75	0	0
2013	2021	60	0	25	75	0	0

Elaborado pelos autores. Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

Tabela 5: Indicadores de trajetória para ingressantes no Curso de Tecnólogo em Produção Cultural- FMU, Indianápolis-SP, em 2014.

Ano de Ingresso	Ano de Referência	Quantidade de Ingressantes no Curso	Indicadores de Trajetória				
			Taxa de Permanência - TAP	Taxa de Conclusão Acumulada - TCA	Taxa de Desistência Acumulada - TDA	Taxa de Conclusão Anual - TCAN	Taxa de Desistência Anual - TADA
2014	2014	117	76,9	0	23,1	0	23,1
2014	2015	117	53,8	0	46,2	0	23,1
2014	2016	117	25,6	23,1	51,3	23,1	5,1
2014	2017	117	23,1	23,9	53	0,9	1,7
2014	2018	117	21,4	25,6	53	1,7	0
2014	2019	117	1,7	25,6	72,6	0	19,7
2014	2020	117	0,9	26,5	72,6	0,9	0
2014	2021	117	0	27,4	72,6	0,9	0

Fonte: Cadastro e-MEC (2025).

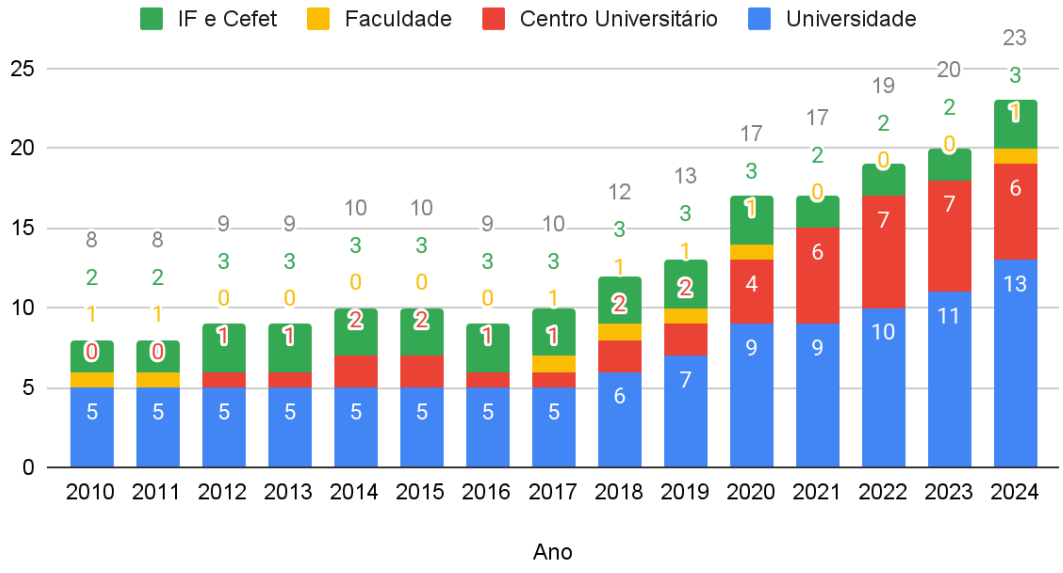
Como podemos observar no curso da FMU, a taxa de desistência acumulada para os ingressantes no ano de 2013 chegou a 75%, com uma taxa de conclusão em 25%. Já no ano de 2014, observamos uma taxa de 72,6% de desistência, com 27,4% de conclusão acumulada. A maior incidência de desistências do curso da FMU se concentra no primeiro ano letivo. Há de se ressaltar também que o número de vagas de 2013 a 2014 aumentou de 60 para 117, quase dobrando o quantitativo. Outro ponto também é o fato de a taxa de desistência acumulada ser complementar matematicamente à taxa de conclusão acumulada, diferentemente do curso da UFF citado anteriormente. Essa diferença parece apontar que estudantes podem solicitar transferência de curso em uma instituição pública, por exemplo, o que não configura uma desistência dentro dos parâmetros da instituição.

Com relação aos currículos, é válido apontar que o curso de Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2023) tem 2.655 horas de carga horária total mínima, sendo orientadas a cursar no decorrer de 8 semestres letivos,

e é ofertado na modalidade presencial. Já o curso de Tecnólogo em Produção Cultural do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (FMU, 2023) tem 2.431 horas de carga horária total mínima, sendo indicadas a serem cursadas em 4 semestres, e é oferecido na modalidade a distância[10]. Apesar da pequena diferença entre a carga horária, de 224 horas, o curso de tecnólogo ocorre na metade do tempo do curso de bacharelado. Isso indica como o surgimento dos cursos superiores de tecnologia é proveniente de um contexto social que demanda uma formação de curto prazo com o objetivo de rápido ingresso do estudante no mercado de trabalho (Veiga, 2020).

Passemos, então, para análise dos dados presentes no Painel Estatístico do Censo da Educação Superior[11] do INEP, que reúne, agrega e sistematiza as informações acerca da realidade das instituições educacionais. Daqui em diante iremos permear os próximos apontamentos com essa base para a contextualização da formação no campo da produção cultural. Um primeiro elemento a ser examinado é a distribuição dos cursos por tipo de instituições.

Gráfico 5: Tipo de instituições por ano.



Fonte: INEP (2025).

[10] De acordo com o MEC, o curso da FMU é presencial, mas segundo o site da instituição o curso atualmente seria no regime de ensino a distância.

[11] Ressaltamos aqui que o INEP no Censo agrega somente 23 cursos em vez dos 28 trazidos em nosso levantamento. Como já apontado, acrescentamos outros cursos que segundo o MEC são de áreas um pouco distintas, mas que de alguma forma trabalham de maneira interdisciplinar com a área da produção, gestão e política cultural.

No ano de 2010, existiam no Brasil somente duas instituições privadas que ofereciam o curso de Produção Cultural, segundo o INEP (2025). A partir de 2018, houve um crescimento robusto de instituições privadas que começaram a ministrar o curso, como veremos abaixo com relação ao número de vagas autorizadas anualmente pelo MEC. Já a partir de 2019 ocorre uma inversão na distribuição dos ingressos: as instituições privadas passam a registrar quantitativos de ingressantes superiores aos das públicas, tendência que se mantém nos anos seguintes. Esse deslocamento confirma que a expansão da oferta privada observada nas vagas autorizadas traduz-se efetivamente em aumento da participação estudantil no setor privado.

Tabela 6: Número de Vagas por Instituições e Ano (2010–2024).

Ano	Instituição Pública	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos
2010	446	50	–
2011	460	25	–
2012	472	–	–
2013	549	–	–
2014	696	–	–
2015	595	–	–
2016	668	–	–
2017	605	–	–
2018	527	2146	264
2019	518	3431	168
2020	714	3533	154
2021	611	11728	350
2022	668	11246	872
2023	786	4055	784
2024	1417	2468	502
Total	**9732**	**38682**	**3094**

Fonte: INEP (2025).

Apesar do grande número de vagas serem autorizadas, majoritariamente sob custódias de instituições privadas, o percentual de ingressos segundo o painel estatístico do Censo da Educação Superior não ocupa todas as vagas como veremos abaixo. Ou seja, mesmo que haja um grande número de vagas autorizadas pelo MEC, por exemplo no ano de 2021, somente 4,3% delas nas instituições privadas são ocupadas. Ao contrário das instituições públicas, nas quais o número de vagas é abruptamente menor devido ao fato de os cursos serem presenciais. Apontamos ainda que o número de vagas em instituições privadas tem seu grande aumento a partir do ano de 2018 e em 2021 e 2022 com 12.078 e 12.118 vagas respectivamente no Brasil. As vagas se reduzem nos anos de 2023 e 2024 para 4.839 e 2.970, respectivamente. Esse aumento e essa redução podem ter relação com o fato de o número de vagas não ter sido totalmente preenchido principalmente nas instituições privadas de educação superior, logo não tendo sido autorizadas nos anos seguintes pelo MEC.

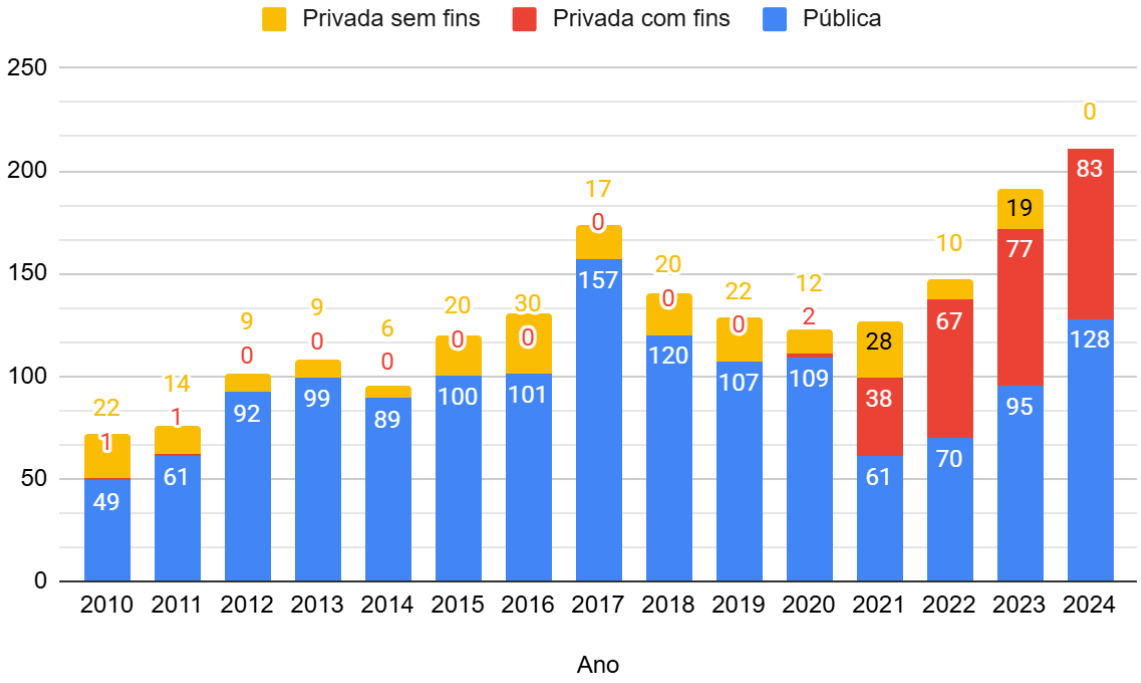
Tabela 7: Número de Ingressantes por Instituição (2010–2024).

Ano	Públicas	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos	Total
2010	272	21	–	**293**
2011	279	21	–	**300**
2012	310	25	–	**335**
2013	437	60	–	**497**
2014	304	113	–	**417**
2015	310	38	–	**348**
2016	322	54	–	**376**
2017	331	76	–	**407**
2018	328	163	84	**575**
2019	317	283	74	**674**
2020	278	488	12	**778**
2021	310	417	101	**828**
2022	312	424	74	**810**
2023	359	629	128	**1116**
2024	677	584	31	**1292**

Fonte: INEP (2025).

Ao contrário das instituições privadas, as instituições públicas, nas quais o número de vagas é abruptamente menor, têm o percentual de ingressos muito maior. Observamos também que no ano de 2019 ocorreu uma virada no número de ingressos, tendo o campo privado mais ingressantes do que o campo público. Contudo, o número de concluintes ainda não acompanha o percentual de ingressos. Isso indica que, nas instituições públicas, o percentual de formados com relação aos ingressos é maior.

Gráfico 6: N° de concluintes por tipo de instituição.



Fonte: INEP (2025).

É perceptível o alto crescimento do campo privado com relação às instituições educacionais que ministram o curso de Produção Cultural nos últimos anos. Como podemos ver, já há algum tempo o número de concluintes nas instituições privadas ultrapassa o das instituições públicas, como em 2022 e 2023. Isso revela uma dinâmica distinta da observada nos ingressos. Até aproximadamente 2020, os concluintes concentravam-se majoritariamente em instituições públicas, refletindo tanto a antiguidade desses cursos quanto taxas de permanência e conclusão relativamente mais elevadas nesse setor.

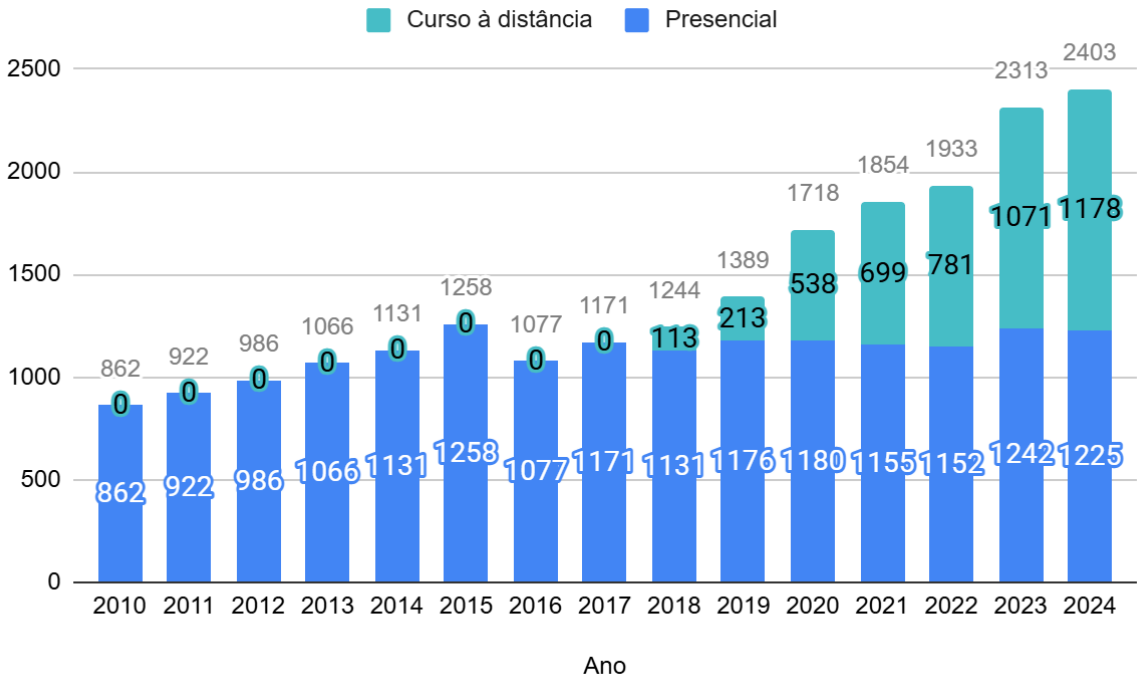
Tabela 8: Taxa de concluintes acumulada (2010-2024).

Ano	Instituição pública	Privada com fins	Privada sem fins	Total	Acumulado
2010	49	1	22	72	**72**
2011	61	1	14	76	**148**
2012	92	0	9	101	**249**
2013	99	0	9	108	**357**
2014	89	0	6	95	**452**
2015	100	0	20	120	**572**
2016	101	0	30	131	**703**
2017	157	0	17	174	**877**
2018	120	0	20	140	**1.017**
2019	107	0	22	129	**1.146**
2020	109	2	12	123	**1.269**
2021	61	38	28	127	**1.396**
2022	70	67	10	147	**1.543**
2023	95	77	19	191	**1.734**
2024	128	83	0	211	**1.945**

Fonte: INEP (2025).

Nos anos mais recentes, contudo, observa-se crescimento significativo do número de concluintes em instituições privadas, culminando em momentos em que o total privado supera o público, como em 2022 e 2023. Esse movimento indica que a expansão privada iniciada na década anterior começa a se refletir na produção efetiva de diplomados no campo. Ainda assim, a diferença histórica acumulada mostra que a formação de profissionais em Produção Cultural no Brasil foi predominantemente realizada pelo setor público durante a maior parte do período analisado, sendo a ascensão privada um fenômeno recente, associado à expansão dos cursos tecnológicos e à ampliação da educação a distância.

Gráfico 7: N° de Ingressos por modalidade de curso e ano.



Fonte: INEP (2025).

A distribuição dos ingressos por modalidade de ensino evidencia uma inflexão estrutural recente na forma de acesso à formação superior em Produção Cultural no Brasil. Até o final da década de 2010, os ingressantes concentravam-se integralmente em cursos presenciais, o que confirma que a constituição inicial do campo formativo ocorreu exclusivamente sob a lógica institucional presencial, majoritariamente vinculada a universidades públicas e a cursos de bacharelado.

A partir de 2018–2019, observa-se a emergência dos primeiros ingressos em cursos na modalidade a distância, coincidindo com o período de expansão das instituições privadas na oferta da área. Nos anos subsequentes, especialmente entre 2020 e 2024, verifica-se crescimento acentuado do número de ingressantes em EAD, acompanhando a ampliação de vagas privadas e a difusão dos cursos superiores de tecnologia em Produção Cultural. Esse movimento indica que a expansão recente do acesso à área ocorre predominantemente por meio da modalidade a distância.

Os dados trazidos evidenciam que a expansão contemporânea dos ingressos em Produção Cultural no Brasil está fortemente associada à interiorização e à flexibilização promovidas pela educação a distância, em consonância com a dinâmica mais ampla do ensino superior brasileiro, na qual a modalidade EAD constitui o principal vetor de crescimento das graduações tecnológicas e da oferta privada. Isso fica evidente ao

observar, a seguir, o percentual de concluintes e ingressantes por modalidade de ensino.

Tabela 9: N° de Concluintes por Modalidade de Curso (2010–2024).

Ano	Presencial	EAD	Total
2010	72	0	**72**
2011	76	0	**76**
2012	101	0	**101**
2013	108	0	**108**
2014	95	0	**95**
2015	120	0	**120**
2016	131	0	**131**
2017	174	0	**174**
2018	140	0	**140**
2019	129	0	**129**
2020	121	2	**123**
2021	89	38	**127**
2022	80	67	**147**
2023	95	96	**191**
2024	128	83	**211**
Total	**1659**	**286**	**1945**

Fonte: INEP (2025).

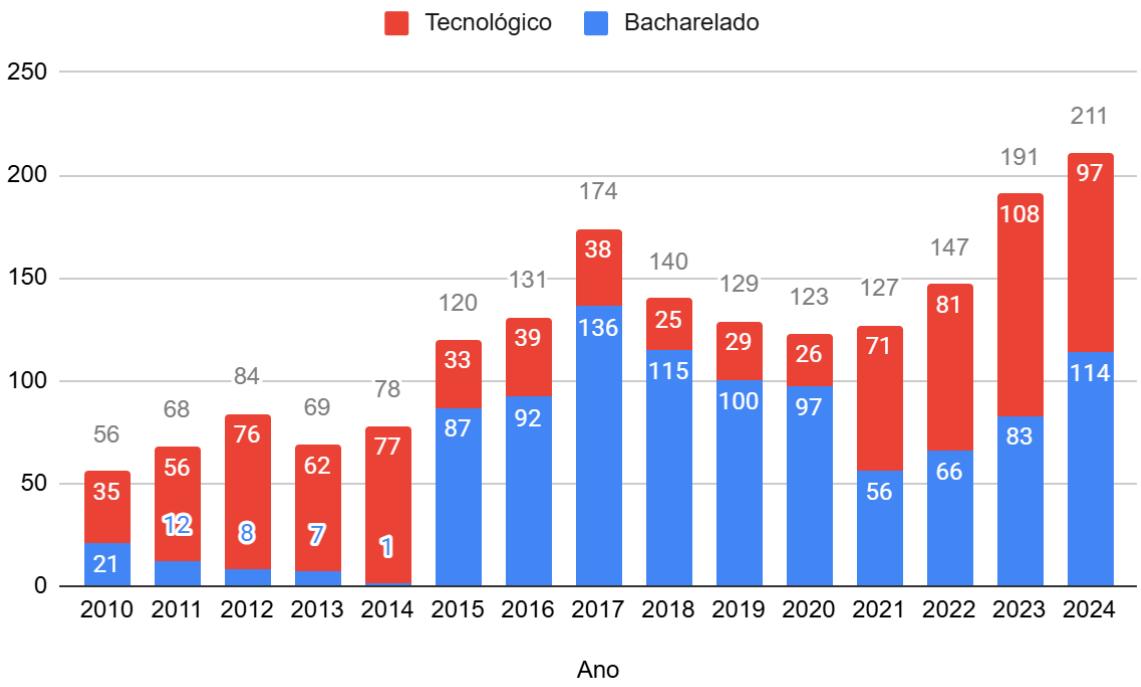
Até 2019, a totalidade dos concluintes em Produção Cultural provinha de cursos presenciais, o que confirma o caráter originalmente presencial da formação na área. A partir de 2020, emergem concluintes na modalidade a distância, com crescimento rápido nos anos subsequentes. Entre 2021 e 2023 ocorreu a consolidação da EAD como modalidade relevante de formação, chegando a se aproximar ou mesmo igualar numericamente o presencial em determinados anos. Esse crescimento acompanha diretamente a já apontada expansão de cursos tecnológicos privados, principal vetor institucional da modalidade a distância no ensino superior brasileiro, como aponta Veiga

(2020) e Costa (2023).

Embora o presencial permaneça dominante no acumulado histórico total, a tendência recente indica uma reconfiguração modal do campo, com crescente participação da EAD na formação de produtores culturais. Tal transformação sugere mudanças estruturais no perfil formativo da área, associadas à flexibilização curricular, à redução do tempo de formação e à ampliação do acesso territorial promovida pela educação a distância.

Ressaltamos ainda que a maior parte das vagas é oferecida na modalidade EAD, seguindo o aumento da oferta nas instituições privadas mostradas anteriormente. Isso traduz o já apontado na literatura do campo da Educação (Veiga, 2020; Costa, 2023) sob ensino superior tecnológico e sua expansão no território nacional nos últimos anos.

Gráfico 8: N° de concluintes por habilitação e ano.



Fonte: INEP (2025).

Majoritariamente, as vagas e os concluintes desde 2021 são de formação em tecnólogo. Esse fato só traduz o que a autora Veiga (2020) e o autor Costa (2023) apontam acerca dos cursos superiores de tecnologia (CST), nos quais as formações são enxutas, aligeiradas em curto tempo, atendendo às demandas do mercado. Veiga (2020, p. 349) aponta que os CST foram concebidos "no bojo da recomposição burguesa e sob seus

fundamentos estruturais e superestruturais, portanto, é uma expressão da dualidade educacional elevada ao nível do ensino superior". A autora traz dados que apresentam que no Brasil há a

> [...] hegemonia desse grau acadêmico, expresso, sobretudo, na expansão de sua oferta por todas as UF do país e no aumento do número de cursos e matrículas. As tendências explicitadas são de continuidade do crescimento desse grau acadêmico, sobretudo na modalidade EaD e na rede privada (Veiga, 2020, p. 351).

Ressaltamos que essa relação de percentual de vagas, entre instituições privadas e públicas nos cursos de produção cultural, já foi 1800% maior em 2022, pelas vagas autorizadas pelo MEC. Isso nos faz refletir acerca da força política que os conglomerados educacionais têm no âmbito nacional ao ponto de conseguir autorização para abrir 12.118 vagas de um determinado curso (e que claramente não seriam ocupadas).

Costa (2023) aponta que os CST promovem uma formação enxuta e flexível, subordinada às demandas do capital financeiro, formando para o trabalho precário. Segundo o autor,

> Um dos efeitos da financeirização nas IES privadas é a "elitização" da modalidade presencial, que por ser cara é cada vez mais direcionada aos estudantes "Premium", ou seja, àqueles que podem pagar. A universidade pública, gratuita e de qualidade vai ficando ilhada por grandes holdings que acomodam fundos de investimentos privados arquibilionários. E a massa da classe trabalhadora, oriunda das escolas públicas sendo atirada às universidades enxutas, onde comprometem o valor destinado à sua reprodução para a qualificação da sua força de trabalho (Costa, 2023, p. 222).

Verificamos que, de 2010 a 2024, dentre tecnólogos (853) e bacharelados (995), tivemos no Brasil 1.945 trabalhadores produtores culturais formados com diploma de ensino superior. Pela tendência crescente, muito em breve, irá ocorrer a virada no número de tecnólogos formados em relação aos bacharéis. Nos próximos anos, teremos mais produtores culturais formados como tecnólogos no campo por ano do que bacharéis, até pelo fato de o curso superior de tecnologia ser um curso de menor tempo do que um bacharelado. Ou seja, teremos trabalhadores formados em cursos de forma aligeirada e em menor tempo que um bacharel. Logo mais, os cursos de produção cultural estarão, em todos os seus aspectos, majoritariamente sendo exercidos, elaborados e pensados por instituições privadas.

Considerações finais

O panorama apresentado ao longo deste artigo permitiu evidenciar que a formação superior em Produção Cultural no Brasil passou, nas últimas décadas, por um processo simultâneo de expansão quantitativa e reconfiguração estrutural, marcado sobretudo pela crescente participação do setor privado, pela difusão dos cursos superiores de tecnologia e pela consolidação da modalidade de educação a distância como vetor central de crescimento do campo. A análise combinada das bases oficiais do Cadastro e-MEC e do Painel Estatístico do Censo da Educação Superior do INEP possibilitou apreender tanto a configuração institucional ampliada da oferta formativa quanto sua delimitação estatística formal, revelando tendências convergentes de transformação na estrutura do ensino superior cultural no país.

Os dados indicam que, embora a constituição inicial da área tenha ocorrido majoritariamente em instituições públicas federais e em cursos presenciais de bacharelado, a expansão mais recente desloca progressivamente o eixo formativo para instituições privadas com fins lucrativos, cursos tecnológicos e ofertas em EAD. Tal movimento não apenas amplia o número de vagas e de ingressos, mas altera o próprio escopo da formação e, consequentemente, o perfil dos trabalhadores produtores culturais diplomados no Brasil. Observa-se, assim, a emergência de um campo formativo cada vez mais atravessado pela lógica da flexibilização curricular, da redução do tempo de formação e da ampliação territorial mediada por plataformas educacionais, em consonância com as tendências mais amplas do ensino superior brasileiro contemporâneo.

A discrepância entre a expansão das vagas autorizadas e o número efetivo de ingressantes, especialmente nas instituições privadas, evidencia que a ampliação da capacidade formativa não se traduz automaticamente em ocupação ou consolidação do campo profissional. Ainda assim, a tendência recente de crescimento dos concluintes em instituições privadas e em cursos tecnológicos indica que a expansão iniciada na década de 2010 começa a produzir efeitos concretos na composição do contingente de profissionais formados na área. Nesse sentido, o campo da Produção Cultural passa a ser cada vez mais constituído por trabalhadores formados em percursos mais curtos e em modalidades educacionais flexíveis, o que reconfigura tanto suas trajetórias profissionais quanto suas condições de inserção no mercado cultural.

Os resultados também sugerem que a expansão privada e a modalidade a distância não representam apenas um aumento da oferta, mas uma transformação na própria lógica de organização da formação cultural no ensino superior. A predominância crescente de instituições privadas na autorização de vagas, nos ingressos e, mais recentemente, nos concluintes, indica que o desenvolvimento do campo tende a ocorrer sob forte influência de conglomerados educacionais e de dinâmicas de mercado, o que repercute na orientação curricular, no tempo de formação e na relação entre formação acadêmica e demandas profissionais. Tal cenário dialoga com a literatura que aponta a expansão dos cursos superiores de tecnologia como expressão das transformações do capitalismo contemporâneo no ensino superior, caracterizadas pela flexibilização, pela financeirização e pela ampliação do acesso sob formatos formativos enxutos.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que as instituições públicas mantêm papel estruturante na consolidação histórica e acadêmica da área, especialmente na formação de bacharéis e na produção de referenciais curriculares mais amplos e propedêuticos. A coexistência entre esses dois polos, público-presencial-bacharelado e privado-tecnológico-EAD, revela a presença de uma dualidade formativa no campo da Produção Cultural, na qual diferentes perfis de formação passam a coexistir e a produzir trajetórias profissionais distintas no interior do mesmo espaço ocupacional.

Dessa forma, a expansão recente da formação superior em Produção Cultural no Brasil deve ser compreendida não apenas como crescimento numérico de cursos, vagas e estudantes, mas como reestruturação do próprio campo formativo e profissional. A tendência de aumento de tecnólogos, de concluintes em EAD e de instituições privadas indica que o perfil dos trabalhadores produtores culturais tende a se alterar nas próximas décadas, com possíveis impactos sobre as formas de atuação, organização e reconhecimento profissional na área cultural.

As transformações ocorridas nos últimos anos na lógica de organização da formação em produção cultural, para além da alteração quantitativa da oferta de cursos em território nacional, acabam por suscitar questões que extrapolam a própria dimensão quantitativa aqui evidenciada pelos dados analisados. Se, por um lado, a ampliação da oferta por meio de instituições privadas dos cursos superiores de tecnologia e pela educação a distância contribui para expandir territorialmente o acesso à formação em Produção Cultural, por outro, coloca em debate as diferentes trajetórias e racionalidades

formativas que passam a coexistir em um mesmo campo. A consolidação inicial da área ocorreu, majoritariamente, em instituições públicas de ensino, com cursos presenciais e de bacharelado, e já a sua expansão recente, como observamos, ocorreu predominantemente por modelos formativos mais flexíveis, de menor duração e fortemente orientados para atender às demandas do mercado de trabalho e de formação tecnológica. Essa constatação não implica estabelecer uma hierarquia entre os modelos ou nem pressupor diferenças de qualidade, aspecto que exigiria investigação específica, mas evidencia racionalidades formativas distintas, potencialmente capazes de produzir diferentes formas de inserção profissional e diferentes modos de compreender o próprio papel do produtor cultural frente ao seu ofício.

Embora os dados aqui apresentados não permitam estabelecer relações causais ou afirmar diferenças entre modalidade de ensino, natureza institucional e qualidade da formação, eles acabam por nos indicar transformações suficientemente significativas que justificam a problematização, além de evidenciar a necessidade de investigações que analisem comparativamente seus projetos pedagógicos, currículos e processos formativos. Mais do que uma mudança na composição institucional da oferta formativa, os dados aqui trazidos sugerem uma possível transformação das próprias concepções de formação profissional que passam a disputar a constituição desse campo laboral, redefinindo os processos de profissionalização, as competências valorizadas e as formas de reconhecimento do produtor cultural.

Em outras palavras, a expansão da formação em Produção Cultural parece expressar não apenas o crescimento de um campo acadêmico, mas também a coexistência de diferentes projetos de formação profissional, cada qual articulado a distintas formas de compreender o trabalho cultural, suas finalidades e suas relações com o Estado, com o mercado e com a sociedade. Desse modo, a expansão dos diferentes modelos de formação em Produção Cultural, os cursos tecnológicos, da educação a distância e de instituições privadas, pode ser compreendida como parte das transformações contemporâneas do neoliberalismo no próprio campo da Educação e do Trabalho, em específico do trabalho cultural, nas quais as formas de qualificação profissional acompanham as mudanças nas relações entre Estado, mercado e cultura, tornando a formação superior um espaço de disputa sobre quais competências, saberes e identidades profissionais serão legitimados no interior desse campo ocupacional.

Esse contexto nos deixa as reflexões: em que medida diferentes modelos institucionais e modalidades de ensino produzem perfis profissionais distintos para o campo da Produção Cultural? E, já que nas transformações contemporâneas do mundo do trabalho a formação superior também se converte em espaço de disputa sobre quais competências, saberes e identidades profissionais serão privilegiados no processo de profissionalização do produtor cultural, qual ou quais perfis profissionais tendem a ser constituídos nas próximas décadas? Portanto, compreender como esses diferentes modelos repercutem na constituição do perfil profissional e nas formas de inserção laboral dos estudantes e formados constitui uma agenda relevante para o aprofundamento das pesquisas sobre a formação superior em Produção Cultural no Brasil.

Por fim, os resultados aqui apresentados reforçam a necessidade de continuidade de investigações sobre o campo formativo da Produção Cultural, especialmente no que se refere às trajetórias profissionais dos egressos, às diferenças entre modalidades e graus acadêmicos e às relações entre formação e mercado de trabalho cultural. Compreender essas dinâmicas torna-se fundamental em um contexto no qual a formação superior na área se expande rapidamente sob novas bases institucionais e educacionais, redefinindo os contornos da profissionalização cultural no Brasil contemporâneo.

Referências

BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo; RUBIM, Antonio Albino Canelas. Formação em organização da cultura: a situação latino-americana. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, ano 2, n. 2, p. 125–149, 2012. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10347. Acesso em: 23 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura é um bom negócio*. Brasília, Ministério da Cultura, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro e-MEC, Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Brasília, 2025. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/. Acesso em: 10 out. 2025.

CASTRO, Flávia Lages de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. Formação e pesquisa em produção cultural. *In*: CALABRE, Lia; DOMINGUES, Alexandre (org.). *Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura*: análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019. p. 111-157.

CHATI, Gabriel Medeiros. Formação em Gestão Cultural no Brasil: desafios e possibilidades. *In*: COSTA, Alvaro Daniel (org.). *Cultura, cidadania e políticas públicas 4*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 01-15.

COSTA, Igor Andrade da. *Cursos superiores de tecnologia como materialidade do ensino superior enxuto e flexível para o trabalho precarizado no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Manual para classificação dos cursos de graduação e sequenciais*: CINE Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/cinebrasil/manuais/manual_cine_brasil_3_versao.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2024*: apresentação dos principais resultados. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Painel Estatístico do Censo da Educação Superior*. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54. Acesso em: 25 set. 2025.

NUNES, Jordão Horta; BENEVIDES, Rubens de Freitas. A produção cultural no Brasil: consolidação e construção do discurso profissional. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, 18, 2017, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Organizadores da cultura: delimitação e formação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, ano 14, n. 2, p. 15–22, 2009. Disponível em: https://revistas.usp.br/comueduc/pt_BR/article/view/43350. Acesso em: 23 set. 2026.

VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva. *Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2020.

La educación superior en el campo de la Producción Cultural: un panorama de las carreras de grado en Brasil

Resumen: El artículo presenta un panorama de la formación superior en Producción Cultural en Brasil, a partir del análisis de las carreras de grado registradas en las bases del Ministerio de Educación y del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira. El estudio examina la configuración institucional de la oferta formativa, la distribución por tipo de institución, modalidad de enseñanza, grado académico y la evolución de vacantes, ingresos y egresados entre 2010 y 2024. Los resultados evidencian que, aunque la constitución inicial del área haya ocurrido mayoritariamente en instituciones públicas y cursos presenciales de licenciatura, la expansión reciente desplaza progresivamente el eje formativo hacia instituciones privadas, carreras superiores de tecnología y ofertas en educación a distancia. Se observa, así, una reconfiguración estructural del campo de la Producción Cultural en la educación superior brasileña, con crecimiento de tecnólogos, ampliación territorial vía educación a distancia y mayor participación de conglomerados educativos privados en la formación de trabajadores productores culturales. Se concluye que la expansión del área se articula con las transformaciones contemporáneas de la educación superior en Brasil, produciendo cambios en el perfil formativo y profesional del campo cultural.

Palabras clave: producción cultural; educación superior; formación profesional.

Higher education in the field of Cultural Production: an overview of undergraduate programs in Brazil

Abstract: The article presents an overview of higher education in Cultural Production in Brazil, based on the analysis of undergraduate programs registered in the databases of the Ministry of Education and the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira. The study examines the institutional configuration of higher education provision, the distribution by type of institution, mode of delivery, academic degree, and the evolution of places, admissions, and graduates between 2010 and 2024. The results show that, although the initial constitution of the field occurred predominantly in public institutions and on-campus bachelor's programs, recent expansion progressively shifts the educational axis toward private institutions, technological higher education programs, and distance education provision. Thus, a structural reconfiguration of the field of Cultural Production in Brazilian higher education is observed, with growth in technological degrees, territorial expansion via distance education, and greater participation of private educational conglomerates in the professional education of cultural production workers. It is concluded that the expansion of the field is articulated with contemporary transformations in Brazilian higher education, producing changes in the educational and professional profile of the cultural field.

Keywords: cultural production; higher education; professional education.